



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA,
REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2019

-----Aos dezoito dias de outubro de 2019, no Grupo Desportivo e Cultural do Casal do Sapo, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1. Plano de Urbanização das Fontainhas, Casal do Sapo e Courelas da Brava – Pavimentações a executar pela Câmara Municipal de Sesimbra;**-----

-----**2. Aprovação da Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal;**-----

-----**3. Apreciação do Relatório da Comissão “3”- Sociocultural, sobre as reuniões realizadas com entidades na área da Saúde;**-----

-----**4. Apreciação do Relatório da Comissão “4”- Desenvolvimento Económico, sobre as reuniões realizadas com entidades sobre o setor da Pesca.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

-----Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça; João Carlos do Carmo Valente; Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues; Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso; José da Costa Ferreira Braga; Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Alain Monteiro Grenho;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, João Filipe Paulo Pólvora; Andredina Gomes Cardoso; Paulo do Carmo de Sá Caetano; Bertina Pereira João Duarte, Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa;-----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – Maria da Conceição Nero Gonçalves e Germano Óscar Amorim de Barros;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra.-----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes, e o Substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, João André Faria Ribeiro.-----

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como dos Vereadores, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto e Carlos Manuel Vicente Silva. -----

-----**A Presidente da AMS** informou em seguida que o Deputado Fernando José Mestre Patrício, solicitara a suspensão do seu mandato pelo período de 90 dias, até ao dia 18 de janeiro 2020, por motivos de ordem pessoal, sendo que nos termos do n.º 2 do artigo 77.º da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na versão atualizada, o pedido de suspensão devia ser apreciado pelo plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação, tendo sido convocado o Deputado Alain Monteiro Grenho para o substituir, o qual sendo a 1ª vez que comparecia nesta AMS, foi verificada a identidade e respetiva legitimidade, e declarado como investido nas suas funções de Deputado Municipal passando a participar nos trabalhos. Em nome da AMS, a Presidente da AMS desejou ao novo Deputado votos de um bom trabalho.-----

-----Informou também que a Deputada e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, do Grupo Municipal da CDU tinha solicitado a sua substituição tendo sido substituída pelo Deputado Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro. -----

-----Também os Deputados Pedro Miguel dos Santos Mesquita e Luísa Margarida Cagica Carvalho, ambos do Grupo Municipal do PS, solicitaram as suas substituições, tendo sido substituídos pelos Deputados Afonso Manuel Cardoso Pessoa e Faustino Marques. -----

-----O Deputado José Manuel Lobo da Silva solicitou também a sua substituição, por motivos profissionais, tendo sido convocado o Eleito Germano Óscar Amorim de Barros, o qual sendo a 1ª vez que comparecia nesta AMS, foi verificada a identidade e respetiva legitimidade, e declarado como investido nas suas funções de Deputado Municipal passando a participar nos trabalhos. Em nome da AMS, a Presidente da AMS desejou ao novo Deputado votos de um bom trabalho. -----

-----A Presidente da Junta de Freguesia do Castelo também comunicara a sua substituição pelo Vogal João André Faria Ribeiro.-----

-----A Presidente da AMS cumprimentou também a Direção do Grupo Desportivo e Cultural do Casal do Sapo na pessoa do Sr. Damásio e do Sr. Luís Figueiredo e disse que este Clube havia nascido a 07 de julho de 1980, e que tinha vindo a ter uma atividade de grande luta e de um trabalho visível, quer do ponto de vista desportivo, quer do ponto de vista daquilo que era o elemento recreativo para esta zona. Deixou também um cumprimento especial a todos aqueles que tinham ajudado a projetar o Casal do Sapo nas competições europeias e também através da participação em campeonatos mundiais,

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

representando não só o País mas também o concelho de Sesimbra. A Presidente deixou uma saudação especial aos atletas, treinadores, dirigentes, pais, encarregados educação e também ao Clube, que tinha criado as condições para que este trabalho ao nível da luta fosse sistemático e que pudesse continuar a honrar todos.-----

-----Informou também que tinha sido “apalavrada” a presença de atletas para uma demonstração, no sentido de se valorizar o trabalho desenvolvido ao nível da luta, mas atendendo que amanhã teriam uma competição que exigia algum rigor e uma *performance* desportiva a 100%, não tinha sido possível. -----

-----Em seguida, o Sr. Damásio e o Sr. Luís Figueiredo foram chamados para a entrega de uma placa dos 40 Anos do Poder Local, embora já tivessem sido comemorados.-----

-----Prosseguindo os trabalhos, a Presidente da AMS informou que a Assembleia Municipal de Sesimbra tinha vindo a ter a preocupação de realizar as suas sessões, sempre que possível, em coletividades do Concelho de Sesimbra e noutros locais, por forma a ficar um pouco mais perto das populações e das pessoas cujos problemas lhes diziam diretamente respeito. Referiu que o primeiro ponto da Ordem de trabalhos era referente ao Casal do Sapo e tinha sido entendimento da Assembleia Municipal e do Executivo da Câmara Municipal que seria adequado que se pudesse realizar esta sessão num local mais acessível à participação de todos.-----

-----Informou que por se tratar de uma sessão pública, era permitido que os munícipes pudessem intervir após uma prévia inscrição junto dos serviços de apoio da Assembleia Municipal. Disse também que, de acordo com aquilo que havia sido a vontade expressa por todos os elementos da Comissão de Líderes, não haveria documentos no Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) por se tratar de um período que por vezes era longo. Referiu que antes do período de debate, teria lugar o período de intervenção dos cidadãos.-----

-----Relativamente ao ponto das informações, a Presidente da AMS disse que se tinha realizado a Auditoria externa da Assembleia Municipal no passado dia 14 de outubro, e que tinha tido uma avaliação francamente positiva, significando uma satisfação não só dos serviços da AMS, que tinha vindo a assumir este desempenho da Certificação da Qualidade como um desafio de uma melhor qualificação de respostas, do funcionamento dos aspetos administrativos, do relacionamento com as Instituições e sobretudo também, com todos os Deputados desta Assembleia e com o público em geral. Informou ainda da realização do próximo Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses ocorreria nos dias 29 e 30 de novembro, em Vila Real e que logo que houvesse mais documentação, a mesma seria divulgada junto dos colegas para que pudessem tomar conhecimento deste Congresso.-----

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Presidente da AMS solicitou ainda atenção para uma reunião a realizar, possivelmente, no dia 08 de novembro e que envolvia um conjunto de pontos respeitantes às questões do IMI e de todo um conjunto de matérias habitualmente associadas a este assunto.-----

-----Foi ainda aprovada, por **maioria**, a ata da 1.ª reunião da sessão ordinária de dezembro de 2018, realizada no dia 14. O Deputado do PSD, Germano Sousa absteve-se, uma vez que não tinha estado presente nesta sessão. -----

-----Depois a **Presidente da AMS** deu início ao **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS”**, tendo tomado do uso da palavra a **cidadã Carla Rocha** que cumprimentou todos os presentes e disse que estava em representação dos pais dos atletas federados da Quinta do Conde que neste momento, sentiam alguma dificuldade em utilizar o pavilhão municipal da Quinta do Conde aos domingos, trazendo constrangimentos aos jovens. Tratava-se de várias modalidades como o *futsal*, andebol e outras. Disse que os pais acompanhavam os filhos nos jogos, que tinham talento e vontade em ir mais longe, estavam a crescer nos escalões e que as próprias Federações exigiam regras de campo e segurança que só existiam neste pavilhão e ao não poder ser utilizado, os jovens acabavam por ser prejudicados nos vários campeonatos. A munícipe disse que vinha tentar arranjar uma solução junto do Executivo da CMS, Junta de Freguesia e Deputados, para que a utilização deste pavilhão fosse possível aos domingos.-----

-----Foi cedida a palavra à **cidadã Edite Viana** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Casal do Sapo existia há 40 anos e que se continuava praticamente na mesma situação que no início da sua formação. A munícipe referiu que havia solicitado uma reunião e que tinha estado com a Sra. Vereadora há poucos dias por forma a tentar esclarecer a mesma questão que ia agora colocar, relativamente à licença de utilização das habitações. Disse que a resposta dada, e com alguma lógica, tinha sido que ainda não existia alvará, relativamente à sua moradia, sito na Rua da Alegria e que estava a aguardar pelo mesmo. Foi-lhe também dito que a licença de utilização seria passada, assim tivessem o alvará. A questão da munícipe era quem passaria esse alvará, porque é que ainda não tinha sido passado, qual o problema, pois segundo percebera, havia retificações constantes, fazendo com que o alvará não pudesse dar entrada. Disse que tal como a própria, também outros habitantes da zona tinham interesse em tentar perceber o que se passava, ou seja, porque é que o alvará não era entregue, porque é que não havia a divisão da coisa comum e por sua vez, porque é que não havia a licença de utilização dos bens de cada um no Casal do Sapo.

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Questionou também quem é que poderia interferir e fazer algo relativamente a esta questão.-----

-----A munícipe acrescentou ainda que, em termos pessoais, estava um pouco cansada de ser tratada como uma bola de “ping-pong” porque a Comissão das Augi`s achava que muitas vezes o problema era da Câmara e por sua vez, a Câmara considerava que não podia intervir e que o assunto era com a Comissão das Augi`s. Disse acreditar que todos trabalhassem neste assunto com o maior esforço possível mas ainda não estava a ser feito o necessário porque já se estava nesta situação há 40 anos. Solicitou respostas concretas e disse não gostar de ouvir desculpas e que só queria que houvesse franqueza relativamente a datas e ao ponto de situação ou áquilo que os moradores deveriam fazer. -----

-----De seguida, interveio o **cidadão Pedro Rola, na qualidade de Presidente da Comissão de Administração da AUGI 41**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a sua intervenção iria basear-se em três pontos distintos. Em relação ao 1º ponto, disse que ficara muito grato e satisfeito pela descentralização da Assembleia Municipal, um passo muito importante de aproximação dos cidadãos e no que dizia respeito ao Casal do sapo, tanto era que, tal como havia sido pela munícipe anterior, se um turista fosse colocado na Marginal de Sesimbra e depois lhe fosse colocada uma venda e lhe fosse tirada no Casal do Sapo, certamente que não acharia que estava no mesmo Concelho. Disse ainda que se o mesmo turista fosse colocado no parque da Junta de Freguesia da Quinta do Conde e lhe fosse retirada a venda aqui, também iria achar que não estava na Freguesia da Quinta do Conde, ou seja, o Casal do Sapo tinha sido o “parente pobre” deste Concelho e desta Freguesia nos últimos 40 anos. -----

-----Referiu que também os restantes elementos da Comissão e moradores desta localidade ficaram igualmente satisfeitos com esta iniciativa da Câmara Municipal. Disse que era um passo importante que as pavimentações fossem feitas a custos da Autarquia mas era igualmente importante que houvesse equidade nesta pavimentação porque existiam Augi`s na Freguesia da Quinta do Conde em situações muito díspares, algumas com as pavimentações quase todas concluídas, outras que se encontravam a meio e outras ainda a iniciar a obra, como era o caso da sua e era importante a garantia de que todos teriam acesso aos mesmos recursos agora disponibilizados pela Câmara Municipal. -----

-----O segundo ponto da intervenção do munícipe Pedro Rola tinha a ver com o facto de a sua Augi ter um orçamento global de 7,5 milhões de euros e 28% desse valor, ou seja, 2.130.000€ eram taxas da CMS e que a fixação destas taxas era da competência desta Assembleia Municipal. Questionou o porquê de não haver isenção destas taxas ou não haver uma redução substancial deste valor. Restavam ainda cerca de 5 milhões de euros para as obras e 23% desse valor, 1 milhão de euros, era para pagar o IVA, significando que 40% do orçamento era capital produtivo, uma vez que seria para pagar taxas da Câmara

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

e impostos. Questionou também se a Autarquia não poderia ir um pouco mais longe do ponto de vista de ajudar as Augi`s no sentido de isentar estas taxas ou de as reduzir de forma acentuada, o que seria um verdadeiro contributo para este processo.-----

-----Em seguida, apresentou o terceiro ponto, que tinha a ver com o loteador ilegal, que era, na maioria das Augi`s desta zona, a empresa António Xavier de Lima (AXL), e disse ainda saber, por informação da Câmara, que teriam havido alguns contactos no sentido de tentar resolver o problema dos lotes (AXL) e daquilo que não era pagava para a s Augi`s e que a divergência seria “preço”. Referiu que há 3 meses a esta parte, a empresa AXL havia hipotecado tudo o que tinha nesta zona, ao Banco Santander, no valor de 102 milhões de euros, correspondendo a 74€ o metro quadrado. Disse tratar-se de uma avaliação de um Banco Internacional, que por acaso era “só” o maior da Península Ibérica e não acreditava que a mesma não fosse credível. Disse também não saber a discussão de preços mas que se andavam a discuti-los e quem vendia achava que era barato e quem comprava achava que o estava a fazer por um valor elevado, mas que esta era uma Entidade altamente credível.-----

-----Para terminar, o munícipe disse que gostaria de agradecer pessoalmente, porque, à parte de tudo o que tinha dito, havia duas pessoas na sala a quem teria de agradecer porque o seu empenho neste processo tinha sido do melhor que podia ter acontecido. Uma das pessoas, do ponto de vista do apoio técnico, era o Sr. José Alexandrino, e da parte política, a Vice-presidente da CMS, Felícia Costa. Referiu ainda ser muito importante passar esta ideia e que havia problemas, dos quais referira 3 que considerava fundamentais mas que o problema não eram as pessoas porque essas estavam do lado da solução.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS**, que cumprimentou todos os presentes e disse que era com uma grande satisfação que a Assembleia Municipal estava no Casal do Sapo e que era já uma promessa antiga a realização de uma sessão descentralizada nesta localidade mas que nunca se havia concretizado por motivos diversos. Disse que hoje havia a particularidade de uma das matérias da Ordem de Trabalhos ser respeitante àquilo que era a dificuldade e as necessidades sentidas por esta população na questão das Augi`s.-----

-----Relativamente à questão colocada pela munícipe Carla Rocha, disse que já tinha tido a oportunidade, há cerca de uma semana, de ter colocado a questão e os problemas que a CMS também sentia e que este era um problema, não estrutural mas conjuntural. Disse que já havia transmitido à munícipe e também a um conjunto de encarregados de educação que o haviam abordado, de forma informal, na Junta de Freguesia da Quinta do Conde, sobre os problemas sentidos nesta fase, relativamente aos pavilhões desportivos, porque não se tratava de um pavilhão na Quinta do Conde mas

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

dos pavilhões desportivos municipais. Informou que cada um dos pavilhões funcionava com cerca de seis funcionários para garantir os turnos mas que neste momento havia apenas cinco funcionários para os dois pavilhões. Disse que a Autarquia já tinha sido abordada por diversos clubes e que os pavilhões de Sampaio e Quinta do Conde tinham sido construídos com verbas provenientes do Ministério da Educação e impunham um Protocolo de gestão em que a prioridade era que seriam para os tempos letivos e tinha de ser garantido que os pavilhões estariam abertos durante o período e horário escolar. Desta forma, havia uma grande dificuldade conjuntural por motivos diversos, em que 3 dos trabalhadores se encontravam com baixas prolongadas e outros 3 com baixas simultâneas. O Presidente disse já ter explicado aos clubes desportivos essa situação. Disse também que não havia nenhuma decisão de se encerrar aos domingos mas que o problema existente era que tinha de ser feita uma gestão semanal dos recursos humanos dos dois pavilhões. Referiu que tinha sido conseguido um recurso por mobilidade há duas semanas, que veio minimizar e atenuar este impacto negativo mas que o problema só seria resolvido em definitivo entre os meses de janeiro e fevereiro do próximo ano com a recruta de novos funcionários, recorrendo á reserva de recrutamento, senão demoraria mais seis meses. Disse ser sabido que os funcionários que hoje se encontravam em baixas prolongadas e simultâneas estavam a afetar o serviço dos próprios pavilhões, bem como o Movimento Associativo que utilizava as instalações no período pós-letivo e durante os fins-de-semana. Disse que a gestão dos dois pavilhões estava a ser feita com o recurso a todo o pessoal afeto aos dois pavilhões mas que este problema não conseguiria ser resolvido de um dia para o outro e que a Autarquia estava a trabalhar com um grande esforço dos funcionários mas que também não poderiam ser obrigados a trabalhar fins-de-semana sobre fins-de-semana ficando sem quaisquer folgas, mesmo com a Câmara a assumir o pagamento das horas do trabalho extraordinário. Disse ainda que até à recruta de novos funcionários, teria de ser feita uma gestão de cooperação entre todos.-----

-----Relativamente às questões colocadas pelos munícipes Edite Viana e Pedro Rola em relação às Augi`s, o Presidente disse que o desagrado da munícipe era entendido porque tratava-se de 40 anos de pessoas a morar neste local e era verdade que era onde existia uma maior carência do ponto de vista da reabilitação urbanística, e hoje dar-se-ia um pequeno contributo que tinha de ser ultrapassado com a ajuda de todos. Referiu que o Munícipe Pedro Rola havia dito que estes processos eram complexos e que havia uma palavra de ordem que considerava essencial nos processos de reconversão urbanística, particularmente as áreas urbanas de génese ilegal que era a cooperação, que começava nos coproprietários e estendia-se ao município de Sesimbra mas era claro que ao fim de 40 anos, as pessoas

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

estavam desanimadas. Era sabido que havia um proprietário grande no Casal do Sapo que também o era na Quinta do Conde e na Lagoa de Albufeira e que tinha uma influência muito grande também naquilo que era a progressão desta reabilitação urbana necessária neste espaço. Disse que as pessoas que aqui tinham adquirido uma parcela, ao fim de 40 anos, já não tinham a mesma vontade, a dinâmica nem a perspetiva de futuro de há 20 ou 30 anos mas estes eram processos lentos e difíceis, com a necessidade de ser feito um grande trabalho pelas Comissões de Administração que nem sempre era fácil porque havia proprietários que nem sempre contribuía e era necessário haver cooperação. Disse que no caso em particular da empresa AXL (António Xavier de Lima), tinha havido, no último ano e meio, um esforço por parte da Autarquia de se chegar a uma plataforma de entendimento mas o problema não tinha apenas a ver com o valor mas havia um mundo de contratos de promessa de compra e venda, registos que não tinham sido efetuados e não se sabia se já estavam na AXL com valores parcialmente pagos, e tudo isso era contabilizado. Referiu que a Autarquia já tinha iniciado este trabalho mas não poderia assumir um valor comercial neste negócio. Disse que o proprietário que tinha dificuldades também teria de perceber que não poderia vender pelo valor comercial e tinha de haver uma compreensão mútua de parte a parte, o que tinha vindo a existir.-----

-----O Presidente disse também que aquilo que era sentido neste momento era que o proprietário AXL tinha outra noção e tinha de tentar resolver a situação porque sabia que teria de pagar os impostos relativamente áquilo que possuía sem ter a possibilidade de os poder comercializar. Disse ainda que o único interesse por parte da Câmara era o facto de poder resolver o problema das áreas urbanas e das respetivas Augi`s porque não havia qualquer interesse em ficar com lotes de habitação coletiva porque a Autarquia não teria a possibilidade de os construir. -----

-----Referiu que o município de Sesimbra tinha sido exemplar nos processos de reconversão, em particular na Lagoa de Albufeira e era isso que teria de se implementar neste caso, mesmo com a dificuldade ter um grande proprietário que, aparentemente, não tinha muito capital para poder pagar as participações mas não lhe parecia justo que, nesta fase, se abrisse uma exceção, quando havia Augi`s praticamente em fase de conclusão como era o caso da Lagoa de Albufeira e Alto das Vinhas. -----

-----Para terminar, disse que o papel das Comissões de Administração das Augi`s não era mais fácil que o papel da Câmara Municipal mas que tinha que ser feita uma sensibilização, com todos os reflexos negativos que isso representava, para se poder dar uma alavancagem. Disse que o processo de hoje não era mais do que um sinal para a CMS de que este local era um motivo de preocupação por um lado e uma necessidade de reabilitação por outro mas também era um sinal aos proprietários e às Comissões de

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Administração de que há alguns avanços nessa cooperação naquilo que as pessoas pudessem ter uma visão para o futuro, de um local aprazível. Disse que a Quinta do Conde também tinha passado por este processo, que se calhar por ter uma densidade urbana, também a preocupação tinha sido maior. Nesta situação atual, também teria de ser feito o mesmo, com a ajuda da CMS. -----

-----Foi cedida a palavra à **Vice-presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e disse, relativamente à intervenção do munícipe Pedro Rola, que a questão das taxas de urbanização que eram imputadas às Augi`s do Concelho de Sesimbra eram 20% mais baixas do que aquilo que era definido pela Lei das Augi`s para as participações urbanísticas. Disse que as Augi`s do Casal do Sapo tinham, em termos da obrigatoriedade de cedências de metros quadrados para o domínio público, valores menores do que na Lagoa de Albufeira, sendo uma grande bonificação para os pequenos proprietários que podiam, com essa redução, ver concretizada a sua ambição de poder ter uma casa e eventualmente, outro lote, pois muitos dos proprietários que compraram lotes na década de 70 e 80, haviam comprado mais do que um. Se as cedências fossem iguais às impostas na Lagoa de Albufeira, muitos destes pequenos proprietários se veriam reduzidos apenas ao lote da sua habitação, tendo de ceder o outro lote e não era isso que acontecia, o que no seu entendimento era um grande apoio a este território. Neste momento havia Augi`s em fase de conclusão, a encerrar as contas e até as que já tinham pago as suas participações e fazer a redução das taxas era uma situação de falta de equidade e desigualdade que em termos de democracia, seria lesivo para quem já tinha pago todas as suas participações, nomeadamente os proprietários da Lagoa de Albufeira que tinham pago de acordo com as regras estabelecidas pela Câmara Municipal.-----

-----Relativamente às questões colocadas pela munícipe Edite Viana, disse que tinham tido a oportunidade de falar esta semana e que se abordara uma preocupação comum a todos, que sem alvará não era permitida a emissão de licenças de utilização e que, sobretudo para quem tinha uma casa de alojamento local como a munícipe, era potenciador de desenvolvimento económico e social da freguesia da Quinta do Conde e deste território. A CMS queria muito que a munícipe pudesse ter o seu alojamento local legalizado mas para tal, teria de ter a licença de utilização da habitação. Disse que neste momento, havia três Augi`s do casal do Sapo que não tinham emissão de alvará (a Augi 43, a Augi 41 que estava mais atrasada relativamente a obras de infraestruturas e a Augi 44). As restantes já tinham alvará emitido há alguns anos e aquilo que tinha sido transmitido à Sra. Edite foi que sempre que a CMS estava preparada para levar a deliberação de Câmara, havia sempre algo que vinha dos proprietários que impedia essa mesma emissão, designadamente alterações. Referiu que sempre que se fazia alterações, o

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

processo era atrasado, o que impedia as emissões de alvará, principalmente na Augi 43. -----

-----A Vice-presidente da CMS disse que o Sr. José Alexandrino tinha vindo a acompanhar esta situação de perto e fazia um trabalho exaustivo com reuniões tardias e aos fins-de-semana com as Comissões das Augi`s e com a Conservatória da Quinta do Conde para que estas operações pudessem ser mais céleres mas havia uma impossibilidade que a Câmara Municipal não podia controlar se as Comissões de Administração não impusessem uma data a partir da qual não aceitavam mais alterações. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Sr. José Alexandrino** que cumprimentou todos os presentes e disse que em relação aos alvarás, a CMS, tinha feito um levantamento de algumas situações e discutido o que havia para fazer e o que estava em falta com as Comissões de Administração. Disse haver problemas específicos em cada Augi e que o próprio ponto hoje para deliberação tinha sido trabalhado durante o ano de 2018.-----

-----Salientou que a localidade do Casal do Sapo tinha algumas particularidades e que estas Augi`s tinham sido reabilitadas em 2006. Lembrou o compromisso assumido pela Autarquia que era a realização dos loteamentos. A questão colocada era o ponto mais grave no reinício das Augi`s em 2006 que era a titularidade de cada um sobre o seu lote. Disse tratar-se de um problema muito antigo mas a maior parte dos proprietários tinham contratos de promessa de compra e venda com algumas décadas. Referiu que no ano de 2016, a Câmara havia tomado uma iniciativa envolvendo também a Direção Distrital de Finanças e o Sr. Xavier de Lima e que em dois anos, tinham sido emitidos cerca de 1.000 pareceres favoráveis para se fazer escrituras porque era uma questão pertinente, em que a pessoa que tinha o contrato de promessa de compra e venda iria assumir encargos e, no fundo, não tinha um direito palpável. Disse também que havia situações em que o promitente-comprador e titular com o direito de um contrato de promessa de compra e venda já o tinha passado a “segundas núpcias, a terceiras e por aí fora” e a Entidade Xavier de Lima só poderia fazer escrituras com o promitente-comprador. Essas questões foram-se ultrapassando mas não só as questões de falta de título como também tendo título inscrito na Conservatória mesmo em avos. Referiu que ainda hoje havia problemas de outra natureza para resolver, por exemplo, na Augi 42, pelo facto de haver pessoas que tinham comprado um determinado conjunto de parcelas que fisicamente estavam numa Augi e em termos de registo estavam noutra. Disse ser uma situação terrível para resolver problemas de divisão da coisa comum porque dentro da mesma Augi, essa situação já estava esclarecida com o Sr. Conservador, tal como a Câmara Municipal sempre o fizera. -----

-----Relativamente a proprietários que tinham direitos divididos em Augi`s diferentes, tinham de se

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

fazer escrituras de retificação. Informou que esta semana, a CMS tinha ficado a saber que havia problemas colocados pela Autoridade Tributária para que se fizessem escrituras de retificação por razões das quais não se tinha apercebido, ainda que fossem adivinháveis. Este constrangimento trouxera alguma perda de tempo.-----

-----Sobre a questão do alvará da Augi 43, o Sr. Alexandrino disse que não existiam Augi's mais adiantadas nem mais atrasadas e que era tudo uma questão de conclusão do procedimento documental necessário mas a questão era comum às três Augi's e disse que ainda hoje havia recebido um telefonema de mais uma pessoa da Augi 41 que queria fazer uma alteração ao que estava deliberado em 2019 e que o mesmo acontecia com a Augi 43. Disse que já tinha sido dado conhecimento, por correio eletrónico ao Presidente da Augi 43 para saber se se pronunciaria ou se estava de acordo e, por outro lado, também era preciso ter cuidado em saber se as pessoas iriam querer reduzir a área de construção porque tinham de apresentar o levantamento da mesma porque se viessem propor uma superfície total de pavimento (STP) com medidas diferentes, não poderia legalizar a casa e teria de ser feita outra alteração e nessa altura, o custo de alteração do loteamento iria ser uma situação complicada e de custos para quem estivesse interessado.-----

-----Disse que nas Augi's 41 e 44 estava pendente a determinação de alguns elementos processuais como o anexo 4. Disse que em 2007 e 2008, tinha sido entregue à empresa Xavier de Lima, um levantamento exaustivo resultante na análise das diferentes situações de não haver titularidade e foi percebido que pelos contratos de promessa de compra e venda, estariam fisicamente noutra Augi e o que estava no contrato era diferente. Essa situação era do conhecimento da AXL e esse trabalho estava a ser útil porque, pontualmente, se tinham resolvido muitas coisas.-----

-----Sobre a documentação, se tivessem de ser feitas algumas alterações, ainda demoraria porque tinha de ser presente a reunião de Câmara e havia a necessidade dos Técnicos de Arquitetura fazerem as suas citações, levando à elaboração de um novo cálculo de taxas e cedências e alterações nas listagens dos proprietários.-----

-----Ainda sobre as taxas e cedências, acrescentou que havia 20% de desconto sobre a taxa de licenciamento e quanto às cedências em falta, a redução era de 74%. Outra coisa era a diferença do quantitativo de cedências que por previsão do Regulamento de Taxas e Cedências e também dos Planos, pois o Plano do Casal do Sapo dizia que qualquer que fosse a área do lote e da área de construção teriam de ser cedidos 63 metros quadrados por fogo, enquanto na Lagoa de Albufeira teria de ser cedido 0,6% da área de construção, aplicando-se depois a mesma Regulamentação. Disse ainda não ter qualquer

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

problema em afirmar que não havia outra Câmara Municipal do País que tivesse atingido, em sede de reduções de taxas para as Augi`s e era justo que o tivesse feito porque só quem estava dos dois lados, ou seja estava na Câmara e também era pagante, sabia o que tudo isto significava. Disse que tinha sido feito um estudo na Universidade de Arquitetura de Lisboa, durante cinco anos, com a envolvimento de muitos países da Europa e de África, no qual a Câmara Municipal de Sesimbra tinha ficado em primeiro lugar pelo método de trabalho, pela aplicação da Lei das Augi`s e também na matéria das taxas e cedências, no *ranking* feito durante todo esse tempo.-----

-----Para terminar, agradeceu as palavras simpáticas do Sr. Pedro Rola e disse que aquilo que contava era a vontade inequívoca e o Casal do Sapo tinha de ter consciência disso que se mais não tivesse sido desenvolvido, era pelos fatores já evidenciados, como um grande proprietário, a dificuldade da titularidade e por vezes, a existência de alguma resiliência em não se querer pagar por se entender que a Autarquia é que o deveria fazer. -----

-----Referiu que desde a delimitação das primeiras Augi`s, em 1996, a Câmara de Sesimbra tinha dado um exemplo extraordinário no aproveitamento da Lei das Augi`s e o grande senão era que alguns dos proprietários não o tinham sabido aproveitar. Disse também haver uma outra redução que raramente era utilizada mas que ainda ia muito a tempo que estava relacionada com a realização do processo de legalização até um ano após a emissão do alvará, que teria um desconto muito substantivo no pagamento daquilo que teria de pagar pelo licenciamento da legalização da sua construção. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que a Assembleia Municipal não queria que a intenção de intervenção dos munícipes fosse cortada e não deixassem de ficar esclarecidas e questionou se havia mais alguém que quisesse intervir, tendo dado a palavra ao munícipe António Tempero. -----

-----O munícipe **António Tempero** disse haver algumas vias em mau estado e com bastante movimento, tornando intransitáveis e que era o momento de fazer algo pelas mesmas. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que em dezembro de 2018, se tinha realizado uma sessão desta Assembleia Municipal e havia uma perspetiva de realizar estas sessões em vários locais do concelho, tal como também já se tinham realizado na Freguesia do Castelo. Referiu que continuaria a haver o propósito de realizar reuniões em vários locais para que as pessoas também pudessem participar. -----

-----Foi de novo cedida a palavra à munícipe **Edite Viana** que disse não estar a pôr em causa nem em dúvida o grande esforço realizado até agora. Disse que gostaria de obter um esclarecimento sobre a retificação a decorrer na Augi 43 e questionou se fosse colocada outra alteração, quando é que esta situação terminaria, uma vez que teria de se respeitar as pessoas. Disse que estava a ser prejudicada,

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

bem como outras pessoas presentes, o que não lhe parecia justo. -----

-----Foi depois cedida a palavra ao munícipe **Arlindo Antunes** que cumprimentou todos os presentes e disse que a população estava farta de promessas relativamente ao saneamento básico e não via nada resolvido até hoje. A questão seguinte tinha a ver com o asfalto nas ruas e disse que se os presentes circulassem pelas ruas do Casal do Sapo, principalmente no Inverno, tal não era possível. A outra questão estava relacionada com o parque infantil, sem quaisquer condições para as crianças brincarem e deveria ser o mais miserável do concelho, sem que ninguém tomasse uma atitude relativamente ao mesmo. Afirmou ainda que só quando uma criança se magoasse e houvesse um processo contra o município ou contra quem geria estes equipamentos é que se fazia alguma coisa, pois no nosso País, só quando algo acontecia é que se tomavam medidas. A última questão do munícipe relacionou-se com o recinto de jogo situado ao lado das instalações onde decorria a sessão desta noite. Era uma vergonha que há bem pouco tempo tinham vindo cortar as ervas das ruas e do recinto de jogo. Disse que habitualmente, usava o mesmo para jogar e que passara o Verão todo com ervas quase até aos joelhos e aquilo que tinha sido feito recentemente tinha sido a instalação elétrica, embora os postes ainda estivessem desligados. Disse que a população do Casal do Sapo estava farta de ser a zona pobre de Sesimbra e que estava na altura de dizer “basta”. Reconheceu que estava a ser feito um excelente trabalho pelo Executivo da CMS mas não chegava e havia que fazer mais e passar das palavras aos atos porque era muito bonito chegar ao dia de hoje e ter todo este aparato mas amanhã continuaria tudo na mesma, tal como daqui a um mês e daqui a um ano. Salientou que só aquando das eleições é que eram colocados cartazes durante a campanha eleitoral e depois nem sequer se dignavam a vir retirá-los. O munícipe **Arlindo Antunes** solicitou que fossem tomadas algumas medidas para, se possível, melhorar a qualidade de vida da população do Casal do Sapo. -----

-----A intervenção do munícipe foi aplaudida, em bora a **Presidente da AMS** solicitasse que tal não fosse feito, uma vez que tinha havido outras intervenções sem que tivessem sido aplaudidas e era sabido que mesmo relativamente a essas, havia o mesmo espírito de solidariedade, ainda que sem as palmas suadas. Relativamente ao munícipe **Arlindo Antunes**, a Presidente da AMS disse que não queria que ficasse algo por dizer e deu a palavra ao mesmo, tendo dito que havia uma escola a cerca de 100 metros e que era necessária a colocação de lombas junto às mesmas devido à velocidade excessiva com que alguns veículos circulavam. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que o munícipe havia verbalizado que “*se estava num aparato*” e salientou que este era o funcionamento desta Assembleia Municipal e era a forma como estava

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

organizada e que acontecia, quer nas instalações do Auditório Conde de Ferreira, quer no Casal do Sapo, quer na União Desportiva ou em qualquer lado onde houvesse uma sessão da Assembleia Municipal e não tinha nenhuma espécie de aparato. A Assembleia Municipal de Sesimbra estava hoje no Casal do Sapo com todo o respeito e disponibilidade tanto da parte dos membros da Assembleia como do Presidente da Câmara, restante Executivo e Técnicos hoje presentes para um esclarecimento às questões colocadas pelos munícipes.-----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que disse que por momentos havia pensado que o munícipe Arlindo Antunes não vivia numa Augi, pois a sua intervenção tinha-lhe parecido de alguém que vivia num loteamento infraestruturado, rececionado, com parques infantis e campos de futebol e que agora a Câmara não tinha feito a sua manutenção. Disse que se estava numa forma aberta e frontal com todas as dificuldades do ponto de vista processual na reabilitação do conjunto das Augi's do Casal do Sapo, Courelas da Brava e Fontainhas, reconhecidas e evidenciadas tanto pelo próprio como pela Vice-presidente e pelo Sr. Alexandrino. Esta situação era conhecida há 30 anos e dizer que a CMS não asfaltava as ruas seria pôr em causa aquilo que seria discutido no ponto 1 da Ordem de Trabalhos que seria a Câmara Municipal vir pedir autorização à Assembleia Municipal para poder gastar dinheiro que, em parte, deveria ser da responsabilidade dos proprietários das Augi's para poder alavancar também aquilo que era a reabilitação deste espaço. Referiu que o município de Sesimbra, ou outro qualquer, neste processo que não tinha rececionado as obras de urbanização, nem sequer teria de vir regularizar as estradas no estado em que estavam, nem teria de cortar as ervas. Disse que o recinto de jogos era propriedade deste Clube e não da Câmara Municipal, tal como o parque infantil, que não era público. Disse que o munícipe, enquanto associado, uma vez que praticava desporto nas instalações, poderia contribuir enquanto associado para ajudar o Clube. Referiu que nos dois anos de exercício de funções, esta associação tinha mantido uma excelente relação com a CMS e naquilo que era o quadro da sua autonomia, colocava à Câmara Municipal as necessidades que entendia como sendo aquelas prioritárias. -----

-----Salientou que o Clube tinha um conjunto de campeões de lutas olímpicas, que era aquilo no qual tinha apostado. Disse que a reabilitação deste pavilhão onde hoje se realizava a sessão, tem condições que não havia há cerca de 6 ou 7 anos atrás para a prática desportiva e até para a realização desta Assembleia que tal como a Presidente da AMS havia dito, era um órgão de democracia e de poder local e não um órgão político. O Presidente disse que o munícipe tinha conseguido fazer política mais do que todos os eleitos hoje presentes e garantiu que não era isso que se estava hoje a fazer e que aquilo que se estava a fazer era ouvir as dificuldades e também comunicar as da Autarquia. Disse que a munícipe Edite

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Viana havia questionado quando é que poderia parar a questão das retificações àquilo que eram as propostas da Augi e era claro que quando a Augi 43 ou a Comissão de Administração dissessem que não se poderia “mexer” mais, e era o que a Câmara Municipal teria para prosseguir com a emissão do alvará.

-----Disse que o discurso e a intervenção do munícipe tinha sido de que deste lado estava um conjunto de pessoas de má-fé que deixavam o território ao abandono de todo o concelho, o que não era de todo verdade porque aquilo que tinha sido dito até à sua intervenção, ou o munícipe tinha estado no exterior ou então tinha tapado os ouvidos. Salientou que a Autarquia queria resolver os problemas destas Augi`s, mesmo com todas as condicionantes evidenciadas e que garantidamente, não tinha sido a Câmara a criá-los. -----

-----Referiu que o que se pretendia esta noite, com o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, era ajudar a resolver esta questão e que, tal como o **Sr. António Tempero** havia dito, havia vias que iriam ser pavimentadas mas certamente que nem todas as pessoas iriam ficar satisfeitas. Disse que a CMS não se poderia substituir a toda a responsabilidade que era dos proprietários. As Comissões de Administração das Augi`s não eram as responsáveis por isso, apenas faziam a gestão, que era o que estava previsto na Lei, com a eleição de alguém para presidir a estas Comissões, eleição esta feita pelos proprietários. -----

-----O Presidente disse que não se revia na intervenção do munícipe Arlindo Antunes porque estavam todos, independentemente das simpatias políticas, a tentar resolver um problema e conforme já dissera, independentemente de a Câmara ser presidida por um Presidente de uma certa cor, esta sempre tinha sido uma preocupação. Disse que tinha havido um caminho de aprendizagem nas Augi`s e havia evidências difíceis de ultrapassar. -----

-----Para terminar, referiu que também gostava que a CMS não pagasse IVA nas empreitadas, nem 23% da iluminação pública e que deveriam ser pagos apenas 6% de IVA nos processos de reconversão urbanística, embora não dependesse da Câmara. Relativamente ao facto de ter sido referido que quando um turista abria os olhos no Casal do Sapo não sentir que estava em Sesimbra, disse que era uma satisfação saber que havia alojamento local e que enquanto titular do Pelouro do Turismo, esperava que daqui a algum tempo houvesse outros e mais turistas no Casal do Sapo. -----

-----A **Vice-presidente da CMS** disse que a preocupação manifestada pela munícipe Edite Viana devia ser respeitada e que depois de ter conferenciado com o Sr. Alexandrino, disse que a Augi 43 já tinha sofrido 6 alterações e cada uma delas inquinava o processo, o que o atrasava. Disse que a Autarquia teria de reunir rapidamente com a Comissão de Administração e impor um final a esta situação porque desta forma, o alvará nunca seria emitido e as pessoas não teriam a oportunidade de avançar para a divisão da

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

coisa comum para a licença de utilização. Sendo esta uma prerrogativa que deveria ser, em primeiro lugar assumida pelas Comissões de Administração, a Câmara tinha um papel junto das mesmas para que se avançasse para a conclusão de todo este processo e era isto que a Autarquia se estava a propor fazer.---

-----Concluído o ponto de intervenções do público, a **Presidente da AMS** agradeceu a participação e colaboração dos munícipes e disse tratar-se de uma Assembleia que tinha uma participação muito significativa, não querendo deixar de dar oportunidade a que todos colocassem as questões que entendessem.-----

----- Foi declarado aberto o **Período da Ordem do Dia** começando o debate e apreciação do ponto 1 da Ponto da Ordem de Trabalhos: “ **Plano de Urbanização das Fontainhas, Casal do Sapo e Courelas da Brava – Pavimentações a executar pela Câmara Municipal de Sesimbra**”.-----

-----Informou que este assunto havia sido discutido numa reunião de trabalho realizada no dia 11 de outubro, na qual tinham estado presentes todos os membros desta Assembleia Municipal e com a participação da Vice-presidente da Câmara Municipal, acompanhada por duas Técnicas que abordaram algumas matérias, não só deste ponto mas também do segundo ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----Tomou do uso da palavra a **Vice-presidente da CMS** que deu ainda uma informação ao munícipe Arlindo Antunes relativamente ao saneamento, dizendo que os proprietários da Augi 42 ainda não estavam a ser contactados no sentido de começar a fazer as ligações à rede de esgotos porque só há pouco tempo é que havia rececionada definitivamente, por parte da Câmara, a rede de esgotos. Referiu que a rede de esgotos havia sido concretizada pelas Augi's e que teve de ser feita uma vídeo-inspeção para perceber se estava em condições de ser ligada. A Augi 42, à semelhança da 43, iria começar a receber as notificações para a ligação à rede de esgotos. Informou ainda que no âmbito da recolha de resíduos, a CMS iria avançar com um projeto piloto de recolha de lixo para este território, conhecido por “*Porta a Porta*” para evitar algumas das situações conhecidas de lixo mal depositado nos contentores. Disse haver também a noção de que muitas pessoas, até pela proximidade, vinham do Seixal depositar o lixo, entulhos e outras coisas nas ruas junto aos contentores colocados nesta zona e era intenção da Autarquia, avançar rapidamente com este sistema de recolha de lixo, sendo que todos os moradores do Casal do Sapo iriam ser contactados para perceber a forma como seria efetuada. Disse que seria uma grande melhoria na qualificação do espaço público, na apresentação das nossas redes e vias que acabaria também por ser um incremento para dar um “ar” diferente àquilo que tinha sido a imagem que todos conheciam do Casal do Sapo. -----

-----Relativamente ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, a Vice-presidente da CMS disse que a

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara Municipal estava a pedir autorização à Assembleia Municipal para poder avançar para um conjunto de pavimentações em todas as Augi`s do Casal do Sapo. Referiu que esta autorização estava a ser pedida porque, em primeiro lugar, em termos legais, a CMS não se podia fazer substituir às Comissões de Administração das Augi`s para avançar com obras de infraestruturas, pavimentação ou outras que eram da responsabilidade das Comissões de Administração. Disse que as Augi`s funcionavam como um loteamento e cabia ao loteador fazer as infraestruturas necessárias para que cada lote fosse autónomo e pudesse ter licença de utilização. Para a Câmara Municipal se poder substituir, neste caso concreto, relativamente às pavimentações a que se propunha fazer, havia dois caminhos. O primeiro seria a CMS avançar em substituição das AUGIs através de uma adenda ao contrato de urbanização, avançando com o investimento, ficando as Augi`s, no final das contas, com esta dívida a acrescentar áquilo que teriam de reportar à Autarquia ao nível das taxas de urbanização. -----

-----A outra via, entendida como a melhor e que salvaguardava quer os interesses da Câmara como também os interesses deste território, era através da proposta da CMS e respetiva aprovação pela AMS, de a CMS poder avançar para a concretização das obras de pavimentação que estavam estimadas em cerca de 500 mil euros. Disse que não iriam ser pavimentadas todas as ruas mas apenas as mais estruturantes e as que tinham maior circulação de tráfego. Estas vias são aquelas que teriam mais impacto se não fossem pavimentadas. Relativamente à rede de esgotos, disse que a ligação ainda não tinha sido feita porque só agora é que se estava a concluir a receção dos mesmos e não se poderia correr o risco dos esgotos que estavam feitos com dinheiros públicos e com o dinheiro investido pelos proprietários fossem deteriorados se as vias não fossem pavimentadas. Tal como era do senso comum, uma via com esgotos que não estivesse pavimentada e com a circulação contínua de viaturas, toda a gravilha entraria no sistema de condutas através das tampas dos esgotos e rapidamente ficariam degradadas. O pretendido era evitar esta situação e as Comissões de Administração das Augi`s conheciam quais eram estas vias mas não se sabia se teriam tornado os mapas públicos a todos os coproprietários.

-----Era pretensão da Autarquia realizar estas intervenções com dois objetivos: o primeiro seria preservar o património municipal, como as redes de esgotos e também dar algum incremento para que, rapidamente, todo este território pudesse ter uma imagem diferente. Disse que quem conhecia a realidade do Casal do Sapo sabia do desinteresse de muitas pessoas que tinham comprado casa há 40 anos com a expectativa de rapidamente começar a ver este território requalificado e urbanizado mas que passado este tempo, muitos já tinham pago mas outros não o tinham feito por não terem condições financeiras, para o qual a CMS, oportunamente, tinha arranjado soluções alternativas aceitando alguns

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

lotes, pois muitas tinham mais do um lote, permitindo que as comparticipações fossem saldadas. No entanto, havia outros que não pagavam não apenas por questões financeiras mas porque estavam descreditados do sistema, achando que nunca iria haver uma evolução. -----

-----A Vice-presidente disse que as pavimentações que a Autarquia se propunha a fazer poderiam dar um sinal positivo à população por forma a dar um incremento à requalificação deste território e potenciar que toda esta regeneração urbanística pudesse ser mais rapidamente concretizada. Disse ainda que embora estas pavimentações não imputassem nenhuma dívida às Augi`s, não libertariam todos os proprietários de pagar as suas taxas urbanísticas e os seus encargos às Augi`s. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente** que cumprimentou todos os presentes e enalteceu os 40 anos desta associação. Disse que este ponto da Ordem de Trabalhos era tanto ou mais importante para as pessoas que aqui habitavam e era reconhecido pela Assembleia Municipal que esta pavimentação importava a todos e era urgente para a qualidade de vida desta população e que, de acordo com o Plano que tinha sido entregue, todos teriam acesso a esta obra. Referiu que havia um faseamento mas que todos teriam acesso a uma ou duas ruas asfaltadas dentro das suas Augi`s. Disse ainda que a bancada da CDU defendia aquilo que estava plasmado neste Planeamento porque era o que melhor chegava às populações, ou seja, onde havia mais habitações. Disse que este acordo entre a CMS e as Augi`s evitaria uma grande degradação dos trabalhos já realizados pelas Augi`s. Este investimento no Casal do Sapo poderia vir a aumentar porque ao pavimentar, as águas teriam de ser encaminhadas para outras redes. Disse que a CDU apoiava a realização de todas estas obras. O Deputado questionou ainda qual a previsão para a Avenida 10 de Junho, uma vez que era a artéria que fazia a distribuição para grande parte das Augi`s de Fernão Ferro e de Sesimbra. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que na reunião conjunta das Comissões de preparação para a sessão de hoje, o Grupo Municipal do MSU havia referido que partilhava dos fundamentos apresentados de justificação à iniciativa de pavimentar as vias de distribuição identificadas na proposta, nomeadamente o benefício para o conjunto servindo um número significativo de munícipes, cujo bem-estar e qualidade de vida tinha de ser salvaguardado e ao mesmo tempo, a redução do risco de degradação e dos custos de manutenção das infraestruturas existentes, particularmente do saneamento. Disse que por isto, o MSU iria votar favoravelmente a presente proposta. Disse que o que entendia pela leitura dos documentos, era que os custos desta obra seriam inteiramente suportados pela Autarquia, não havendo quaisquer ónus ou encargos a suportar pelos proprietários nem mesmo sob qualquer forma de reserva ou outra via com

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

vista a um eventual retorno. O Deputado disse querer que ficasse bem claro nesta Assembleia que era isto que acontecia.-----

-----A **Vice-presidente da CMS** disse que esta obra seria assumida pela Câmara Municipal, não seria imputada às Augi`s em termos de dívida, portanto, não era uma antecipação de uma verba que as mesmas teriam de gastar, tal como a Autarquia também não iria imputar às Augi`s a obra da condução dos pluviais. Disse já ter reunido várias vezes com a Câmara Municipal do Seixal para encontrar algumas soluções e esta era uma obra que estava estimada em cerca de 300.000€ e que também seria suportada na íntegra pela Autarquia.-----

-----O **Deputado João Rodrigues** continuou a sua intervenção e disse que esta questão era relevante para o MSU porque o voto seria favorável. Disse que se iria beneficiar o maior proprietário que, infelizmente, era incumpridor e o maior responsável das grandes dificuldades e impasses dos processos em curso. Julgava que ninguém aqui presente defenderia o princípio do benefício dos infratores ou incumpridores e também era sabido que não seria fácil encontrar uma solução para ultrapassar este tipo de situações e solicitou ao Executivo que no futuro, caso houvesse situações semelhantes, ponderasse a introdução de condicionantes que mitigassem este benefício, mesmo que indireto, a quem incumpria, ainda mais porque sabia que mais cedo ou mais tarde haveria negociações com vista à concretização de algumas permutas pela entidade já referida e que eventualmente, com esta possibilidade de mitigar este benefício, pudesse ser mais fácil as negociações a ocorrer entre a Câmara Municipal e essa mesma Entidade.-----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Grupo Desportivo e Cultural do Casal do Sapo a forma como tinha recebido a Assembleia Municipal e as condições criadas para que se desenvolvesse esta sessão. Deixou ainda os cumprimentos do Grupo Municipal do PS à população do Casal do Sapo e a forma como se tinham mobilizado para partilharem os seus anseios e preocupações. Disse ser com grande satisfação que tinham a oportunidade de os ouvir e refletir um pouco sobre essas mesmas preocupações. O Deputado disse que toda esta situação surgia, e era uma questão que não deveria dividir os Deputados independentemente da sua cor política, pela necessidade deste conjunto de pessoas que se sentiram no direito de ter habitação própria, consagrado na Constituição e encontraram neste local, uma oportunidade para exercerem esse direito. Disse que esse processo, infelizmente, ao contrário daquilo que acontecia com outros municípios com uma situação regular e que tinham adquirido os seus terrenos e casas noutra situação regular, não estavam em pé de igualdade com a população do Casal do Sapo porque a génese e o nome das Augi`s remetia para essa

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

génese ilegal, significando que tinha havido, desde o início, uma situação que tinha permitido que os proprietários tivessem tido menos custos no início mas que tinham de convergir ao longo do tempo, para aquilo que tinham sido os custos de toda a população de outras áreas do concelho, onde essa génese ilegal não se havia verificado. -----

-----Disse que essa situação, ao longo destes 40 anos tinha sido prejudicial pelo facto de não terem sido criadas as condições que se tinham criado noutras zonas do concelho e hoje, sentia-se o incómodo de todos por ver que havia uma área no nosso concelho onde existia uma falta de condições para as pessoas viverem. Referiu que aquilo que se estava hoje a tentar fazer era criar a melhoria das condições de vida das pessoas e antecipar um pouco este processo que tinha sido longo mas também pioneiro, pois tinham sido pioneiros na povoação desta região mas também o concelho de Sesimbra tinha sido pioneiro a nível nacional na resolução destes problemas numas determinadas áreas porque as pessoas tinham tido a capacidade de se organizar mais cedo acelerando os processos mas já noutras áreas isso não tinha sido possível, quer porque os terrenos eram de alguns proprietários que não apareciam e não estavam cá, acabando por prejudicar toda a gente. Disse ainda que hoje se estava a tentar antecipar um investimento que os próprios proprietários e as Augi`s deveriam fazer. Disse ter a dúvida de que apesar de não haver um ónus deste investimento neste momento, se quando se fechassem as contas das Augi`s, haveria um acerto de contas sobre este adiantamento. -----

-----Independentemente desta questão, disse considerar importante que se fizesse este investimento para melhoria das condições e também para reservar e não deixar degradar um conjunto de investimentos já feitos, quer pelas Augi`s, quer pela própria Autarquia, que corriam o risco de se degradar caso não se avançasse com estas obras e intervenções. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Antunes**, que cumprimentou todos os presentes e disse que se tinha realizado uma reunião da Junta de Freguesia onde os habitantes tinham manifestado um conjunto de inquietações, tendo algumas sido resolvidas e as restantes sido encaminhadas para a Câmara Municipal. Disse estar satisfeito com o encaminhamento e a possível resolução feliz com a deliberação de hoje. Referiu que a incredibilidade de alguns dos residentes não era novidade se se olhasse para o conjunto de datas significativas para esta população. Disse que os dois compradores das propriedades que tinham dado origem à freguesia da Quinta do Conde, tinham ganho uma fortuna com o fornecimento de géneros às tropas das guerras napoleónicas. Referiu que houvera várias datas marcantes e que em 1995 tinha sido criada a Lei das Augi`s, que partira de uma Petição dinamizada a partir da Freguesia da Quinta do Conde e encabeçada por si, da qual sentia bastante

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

orgulho, e que tivera também o privilégio de participar em algumas reuniões na Assembleia da República. Outra data importante foi o ano de 1998, foram publicados os Planos de Urbanização desta zona que poderiam ter resolvido parte dos problemas. O ano de 2006 foi mais um momento de criação de grande expectativa, com a realização de uma reunião nestas mesmas instalações com a participação de várias centenas de pessoas e que foi o “pontapé de saída” para a delimitação das Augi`s. Disse que com todos os avanços e recuos já decorridos, era natural que existisse o sentimento de alguma desconfiança mas também não era esperado que todas as contradições a nível jurídico obrigassem a um protelamento da solução. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde disse que desta vez, acreditava-se que a maior parte dos problemas estivessem resolvidos em breve e que o asfaltamento das vias estruturantes era um passo muito significativo na criação e no sedimentar dessa expectativa. -----

-----Tomou do uso da palavra a **Vice-presidente da CMS** que disse que tinha sido referido na reunião conjunta das comissões que o contrato de urbanização das Augi`s previa um conjunto de infraestruturas que seriam realizadas a cargo da Autarquia e que não estava estimado o volume financeiro que as Augi`s tinham investido em áreas e intervenções que deveria ser a Câmara a fazer. Quando fosse feito o acerto de contas final, saber-se-ia o verdadeiro valor. Disse ainda que o proprietário António Xavier de Lima (AXL) teria de pagar as taxas de comparticipação, urbanísticas e encargos de obras como qualquer outra pessoa.

Disse segundo o trabalho elaborado pelo Sr. Alexandrino, relativamente às vias que iriam ser executadas, o proprietário AXL tinha apenas 14 lotes, significando que eram poucos os que seriam abrangidos pelas novas pavimentações. Salientou que este proprietário teria de continuar a pagar os seus encargos como qualquer outro e estas obras não iriam desonerar ninguém dos seus pagamentos mas iriam desonerar as Augi`s de fazer uma intervenção que seria às suas custas. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e, tal como havia sido dito na reunião conjunta das Comissões, disse que se poderia ter outra perspetiva sobre a situação de beneficiar os infratores em que, se havia um grande proprietário que estava em falta, havia um conjunto ainda maior de pequenos proprietários que não estariam em falta, antes pelo contrário, que teriam já avançado com verbas e cumprido pagamentos devidos e que estariam a ser prejudicados exatamente porque um compromisso de pavimentações não estava a ser feito por haver proprietários que estavam em falta. Portanto, o que o Município não estava a proteger o infrator mas sim a proteger os pequenos proprietários que estavam em dia com os seus deveres e compromissos assumidos no quadro

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

destas Augi`s e que tinham menos recursos financeiros do que o grande proprietário que estava em falta. -----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que disse que todos os deputados teriam a percepção daquilo que estava hoje a ser discutido e a questão não era o conjunto de proprietários que viviam no Casal do Sapo, Courelas da Brava e Fontainhas. Referiu que as Augi`s tinham um conjunto de proprietários onde, em algumas delas havia um proprietário que teria um conjunto de parcela de terreno relativamente grande. A questão não se tratava se havia ou não benefícios e o Deputado Paulo Caetano havia colocado a tônica naquilo que era o mais importante, em que houvera um conjunto de pessoas que ao longo de todos estes anos tinha participado com aquilo que eram as suas responsabilidades perante cada uma das Augi`s. Disse terem existido obras realizadas pela Augi em função daquilo que também tinha sido a verba arrecadada por determinado número dos proprietários e que hoje havia dois problemas. Um problema era o ânimo e tentar alavancar novamente as Augi`s, independentemente dos problemas que tinham sido colocados em existir ou não um grande proprietário. O outro problema não deixava de ser também muito importante que eram as obras e os investimentos realizados que muitas vezes não eram visíveis porque estavam enterrados, nomeadamente a rede de águas, saneamento e redes pluviais que tinham possibilidades ou probabilidades de se deteriorar se determinadas ruas estruturantes não fossem pavimentadas. -----

-----Relativamente à questão do benefício de um determinado proprietário, o Presidente disse que, nessa perspetiva, o mais grave era aquilo que se estava a tentar preconizar e que era uma dação em pagamento numa escala e dimensão brutal, de milhões de euros, em que a Câmara Municipal se iria substituir pelo proprietário. Essa era a decisão que a CMS a AMS e os Deputados Municipais teriam de assumir mas não eram vendidas ilusões porque para além da estabilização do valor que não poderia ser comercial, o objetivo da Autarquia era que aquilo que era a dívida potencial entre as taxas à Câmara Municipal e as participações que um proprietário tinha perante as diversas Augi`s, fosse substituída pelo terreno que a Câmara iria receber e teria de ser a mesma a substituir-se a esse proprietário nesse pagamento, quer fosse na execução das infraestruturas, quer fosse no pagamento às Augi`s. -----

-----Disse que essa decisão comparada com a de hoje se estar a beneficiar um conjunto de proprietários que tinha pago as suas participações e que via o seu dinheiro enterrado na rua sem a mesma estar pavimentada, a única coisa que se estaria a beneficiar era mesmo o conjunto destes proprietários e aquilo para o qual se caminhava para assumir num futuro próximo era de uma grande dimensão. Disse que este era um problema complexo mas que as pessoas não podiam continuar no desânimo e teriam de ter melhores condições de habitabilidade e de infraestruturas que não tinham tido

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

até agora, mesmo que isso significasse, para os cofres do município, ter de assumir estas despesas. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Sr. José Alexandrino** que disse que o procedimento de hoje não tinha aparecido aos “trambolhões”. Tinha sido um trabalho muito intenso, praticamente iniciado ainda em julho de 2017 depois com um grande desenvolvimento no princípio de 2018 e sempre partilhado com as Comissões de Administração, que eram quem tinha um conhecimento melhor que a Câmara, pela proximidade com as pessoas. Disse ter havido também um envolvimento de todos os Serviços Técnicos da parte da Engenharia da Câmara Municipal e também o cuidado de conjugar as vias já pavimentadas pelas Augi's (42, 40 e 40-A), tentando criar os fluxos principais que davam também um acesso mais seguro e a possibilidade de as pessoas chegarem às suas ruas com uma maior qualidade de piso. Disse nunca ter estado em causa qualquer benefício do loteador AXL não se poderia deixar de fechar um ou dois quarteirões que abrangiam algumas Augi's com as vias já feitas. Referiu que também havia uma intervenção na entrada da Augi 40-A, onde existiria uma rotunda e que haveria uma ligação à Avenida dos Compadres, favorecendo a circulação na Avenida 10 de Junho, assim como também haveria uma rotunda na Augi 41, intervenções estas que beneficiariam em alvo e rapidez de execução de troços de vias e de acessibilidade entre segurança, quer na entrada quer na saída do Casal do Sapo. Era verdade que os Planos de Urbanização tinham sempre dois interlocutores: as Autarquias e os promotores dos loteamentos e a questão que se poderia estar a colocar era que a Câmara Municipal tinha investimentos a fazer neste Plano e estava agora a fazer este mas também já tinha feito outros antes. Desde 2008, a CMS já tinha feito, no âmbito deste processo das Augi's, o sistema de captação de água, houve uma participação nas obras da Augi 40, com uma conduta de maior diâmetro para a distribuição a todo o espaço, com a execução a cargo desta Augi e esse valor foi depois deduzido nas taxas. O sistema de distribuição da rede também estava maioritariamente executado pela Câmara. Relativamente à rede de esgotos domésticos também havia uma intervenção com a estação elevatória na Augi 40-A e em colaboração com a Simarsul, a conduta para ligar a rede de esgotos residuais ao Seixal. Referiu ainda a importância daquilo que a Autarquia tinha feito com a bacia de retenção das águas pluviais a poente da Augi 41 e que contara com a colaboração do Exército. Salientou que estes montantes tinham algum peso e que a Autarquia ainda tinha uma outra fase de procedimento, já que seria a 3ª fase da responsabilidade da Câmara e que também já estava informada às Comissões e tinha a ver com situações de arranjo de espaços verdes, o que constava no Plano de Urbanização, ou seja, estava agora a adiantar-se uma situação para colmatar as dificuldades que em determinado momento de 2009 se tinham começado a acentuar até à presente data, ainda que se tivessem resolvido algumas questões. Disse também que não

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

diria se iriam ser feitas já as pavimentações na Augi 41 porque se estava à espera que a mesma iniciasse as obras da rede de esgotos, senão, seria feito um trabalho para depois partir. A Augi 41, tal como as restantes, tinham uma autorização da CMS para, com os Projetos que estavam aprovados, poder iniciar a rede de esgotos e que era um interesse municipal para fechar a malha de toda esta zona para depois poder fazer-se a pavimentação prevista em duas vias também essenciais para a distribuição do tráfego.-

-----Não havendo mais intervenções, **a Presidente da AMS submeteu à votação a proposta da Câmara Municipal tendo a Assembleia Municipal de Sesimbra deliberado**, por unanimidade, determinar que os custos com a realização das obras de pavimentação das vias de distribuição estruturantes do Casal do Sapo e das Courelas da Brava, identificadas na planta anexa ao processo, sejam assumidos pelo Município, nos termos do artigo 50º-A da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, aditado pela Lei n.º 70/2015, de 16 de Julho. O Grupo Municipal do MSU prestou Declaração de Voto dizendo que a mesma seria consistente com a intervenção já prestada pelo Deputado João Rodrigues. -----

-----Prosseguindo os trabalhos a **Presidente da AMS** declarou aberto o 2º Ponto da Ordem de Trabalhos **“Aprovação da Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal”**. -----

-----Disse que este ponto tinha sido igualmente apresentado na reunião conjunta das Comissões realizada no dia 11 de outubro, na qual a Vice-presidente da CMS e as Técnicas Marta Bastos e Sofia Lucas tinham prestado os esclarecimentos sobre esta matéria. -----

-----Disse ainda que após esta reunião e segundo a indicação por parte do Deputado João Rodrigues, havia sido rececionado um novo documento que entretanto já tinha sido divulgado por todos os deputados. -----

-----Interveio a **Vice-presidente da CMS** que disse que se estava a falar do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, um documento que neste momento estava em vigor, que tinha sido aprovado em 2017 e tinha a sua data de expiração até ao final de 2021. Houve a necessidade de ser adequado ao enquadramento jurídico uma vez que tinha havido alterações legais que iam sendo publicadas, para além da atualização da cartografia que também se impunha, uma vez que em termos de dinâmica da própria ocupação do terreno, tinha de ser adequada áquilo que era a realidade. Disse que outra das alterações em diplomas publicados tivera a ver com a clarificação de ocupação do solo, ou seja, o solo passou a ser classificado ao nível da perigosidade como solo urbano, florestal e agrícola, sendo que no Plano que ainda estava em vigor, a questão da diferenciação destas três categorias estava muito omissa e levava a um risco de uma mancha de perigosidade que abrangia praticamente todo o território,

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

inclusive quase até à praia de Sesimbra. Esta Revisão tinha como base a adaptação ao novo enquadramento jurídico, a atualização da cartografia e a clarificação relativamente à carta de ocupação do solo com a possibilidade que a carta de riscos de incêndios pudesse ser a mais fidedigna em relação áquilo que era a ocupação do território. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Bertina Duarte** que cumprimentou todos os presentes e disse que sabia que tinham sido apresentadas algumas reclamações, observações e pedidos e questionou a forma de como estas pessoas seriam informadas da análise feita às mesmas, se individualmente ou se haveria uma divulgação pública destes resultados. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Braga** que cumprimentou todos os presentes e disse que a bancada da CDU tinha ficado esclarecida na reunião realizada na passada semana relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos e o sentido de voto da bancada seria favorável. -----

-----A **Vice-presidente da CMS** disse que houvera 7 intervenções na consulta pública e algumas já tinham sido respondidas presencialmente no atendimento realizado pela Arquiteta Sofia Lucas mas a intenção, tal como fazia parte de todo o processo, seria notificar individualmente cada uma das pessoas em relação à aceitação ou não aceitação da sua ponderação com os devidos argumentos pela qual não tinham levado a aceitação em sede de relatório de ponderação. -----

-----Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Concelhos de Palmela, Setúbal e Sesimbra (PIDFCI) revisto. -----

-----A Presidente da AMS prosseguiu os trabalhos, dando início ao ponto 3 **“Apreciação do Relatório da Comissão “3”- Sociocultural, sobre as reuniões realizadas com entidades na área da Saúde”**. -----

-----Disse que a Assembleia Municipal era organizada em Comissões e nessa medida tinham como objetivo apreciar os diferentes assuntos a ser trabalhados e debatidos ao nível da AMS. Disse que também havia trabalho de algumas Comissões em que, por elas próprias, o desenvolviam de forma singular o seu trabalho, como a Comissão Sociocultural, coordenada pelo Deputado Rui João Rodrigues e a Comissão das Atividades Económicas, coordenada pela Deputada Sandra Carvalho.-----

-----Referiu que estas Comissões tinham feito uma abordagem junto a várias Entidades, ligadas ao setor da Saúde e ao setor da Pesca com a auscultação das dificuldades das mesmas, tendo sido depois elaborados os relatórios com a descrição dos pontos mais significativos destes encontros. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Coordenador da Comissão Sociocultural, o Deputado Rui João Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e disse que este trabalho tinha sido iniciado pela

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Comissão “3” há cerca de dois anos, se bem que gostaria de o ter completado mais cedo mas tal não tinha sido possível devido a algumas contingências com algumas instituições que não tinham reunido atempadamente quanto o desejável.-----

-----Disse ter reunido com todas as instituições de Saúde de Sesimbra, com a responsável do ACES-Arrábida, a Entidade que geria os Centros de Saúde do Concelho de Sesimbra, nomeadamente das Freguesias de Santiago, Castelo e Quinta do Conde e que haviam surgido informações destas reuniões e com base nas mesmas foram retiradas conclusões de que havia algumas deficiências na questão da área no concelho, principalmente na Freguesia da Quinta do Conde, com uma grande falta de médicos de família e um número bastante elevado de utentes (4.087) sem médico de família, as instalações do atual Centro de Saúde da Quinta do Conde, como era sabido por todos, não eram suficientes para dar resposta às necessidades e havia a necessidade da construção de um novo Centro de Saúde. O Centro de Saúde de Sesimbra era também antigo e não tinha uma Unidade de Saúde Familiar, ao contrário da Freguesia do Castelo. O Coordenador da Comissão Sociocultural disse que seria importante que se realizasse uma sessão temática dedicada somente a este tema porque era entendido que as carências existentes nesta área eram preocupantes para o concelho de Sesimbra e para a população e enquanto autarcas e representantes da população do concelho, os Deputados deveriam fazer o possível para que estes problemas fossem resolvidos muito em breve. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Andredina Cardoso** que cumprimentou todos os presentes e disse que esta consulta pública tinha sido extremamente importante para se perceber alguns pormenores daquilo que se passava na Quinta do Conde. Referiu que todos sabiam que havia dificuldades várias e esta consulta permitiu também esclarecer, principalmente com o ACES-Arrábida, o porque de algumas coisas não terem acontecido ainda e o que é que se perspetivava em termos futuros. Disse que a Freguesia da Quinta do Conde continuava com algumas lacunas e certamente que as obras no novo Centro de Saúde iriam ajudar a resolver algumas das questões. Relativamente aos médicos de família, não era um problema só do Concelho de Sesimbra mas também de outros pontos do País e trazia muitas limitações. Disse que este Relatório esclareceria um pouco estas questões.-----

-----Após a apreciação do Relatório da Comissão “3”- Sociocultural, sobre as reuniões realizadas com entidades na área da Saúde, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva conclusão.-----

-----A **Presidente da AMS** informou os munícipes presentes que tinha acabado de ser aprovado um documento resultante das reuniões com várias Instituições da área da Saúde, no qual estava expresso a

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

realização de uma Assembleia Municipal, no primeiro trimestre do ano de 2020, com alguns convidados relacionados com esta matéria. Disse que ainda não era possível dizer onde se viria a realizar mas que provavelmente não seria na Sede da Assembleia Municipal por se tratar de matérias que também importavam descentralizar. -----

-----Em seguida teve início o último ponto da Ordem de Trabalhos: **“Apreciação do Relatório da Comissão “4”- Desenvolvimento Económico, sobre as reuniões realizadas com entidades sobre o setor da Pesca”**.-----

-----A Presidente da AMS disse que este relatório tinha seguido exatamente a mesma metodologia que o Relatório da Comissão Sociocultural. Disse que a Comissão das Atividades Económicas tinha entendido fazer uma abordagem junto das Entidades ligadas ao setor da Pesca. Todos os elementos desta Comissão haviam colaborado com a elaboração do documento que hoje era apresentado após a auscultação a cerca de 12 Entidades que deram os seus contributos sobre esta matéria.-----

-----Foi cedida a palavra à **Coordenadora da Comissão das Atividades Económicas, Deputada Sandra Carvalho**, que cumprimentou todos os presentes e disse que este Relatório surgiu na sequência de três meses de trabalho durante os quais a Comissão “4” se tinha reunido com cerca de 12 Entidades, as quais considerara serem as mais diretamente ligadas ao setor da Pesca, tanto no setor da produção da pesca como também na vertente comercial. Referiu que a elaboração deste Relatório tinha resultado de um trabalho coletivo de toda a Comissão, em que as diversas bancadas com os representantes que nela se encontravam tinham participado ativamente. A Coordenadora disse que queria apenas fazer uma alteração na página 8, onde se lia *“Junta de Freguesia”* deveria ler-se *“Junta de Portos”*.-----

-----Referiu que havia muitas questões resultantes desta audição, tratando-se de um setor com muitas preocupações e condicionantes ao seu desenvolvimento. Disse que o número de questões e a profundidade das mesmas e o que representavam para o setor era de tal modo importante e vital num concelho piscatório como Sesimbra que se tinha achado por bem que estes assuntos deveriam ser debatidos de uma forma mais apurada, com mais factos e profundidade e que quantas mais Entidades pudessem dar as suas propostas de solução para alguns destes problemas que justificavam o que era proposto no final, além da divulgação do Relatório e da sua aprovação, também a realização de uma Assembleia Municipal Temática a realizar durante o próximo ano de 2020.-----

-----Disse que no Concelho de Sesimbra, todas as Entidades locais acarinhavam a pesca mas neste momento era necessário cuidar verdadeiramente desta atividade, uma vez que se tratava de um setor que se não se resolvessem algumas das questões expostas, corria o risco de, provavelmente, passar a ser

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma atividade meramente residual ou cultural porque uma das maiores dificuldades e sem a qual não poderia funcionar, era a falta de recursos humanos. -----

-----A Coordenadora da Comissão agradeceu a colaboração de todos os colegas na elaboração deste Relatório e expressou ainda o desejo da sua aprovação no sentido da realização da Sessão Municipal Temática.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que congratulou a Coordenadora da Comissão das Atividades Económicas por ter assumido um compromisso com os restantes membros da Comissão de efetuar um conjunto de melhorias ao Relatório.-----

-----Disse ter havido uma primeira abordagem de tentar trazer os Relatórios de hoje para aprovação na sessão anterior da Assembleia Municipal mas o objetivo era, numa lógica de prestar contas à população e também às Instituições que tinham sido ouvidas no âmbito dessas Comissões, o mais rapidamente possível e demonstrar que não se ouvia as pessoas apenas por ouvir e que essas auscultações davam depois origem a algum trabalho que seriam estes Relatórios. No entanto, considerou-se que o ponto de maturidade desses Relatórios não era ainda o suficiente no sentido de garantir que neles estava espelhado tudo o que tinha acontecido no processo de auscultação e que nessa tentativa de se ser mais rápido, poderia estar a abdicar-se um pouco de alguma qualidade que os mesmos poderiam ter nesse sentido. Assim sendo, os elementos do PS debateram-se para que estes Relatórios pudessem ser melhorados e tinha de ser reconhecida a abertura que houvera por parte dos Coordenadores, quer por parte da Comissão Sociocultural, quer por parte da Comissão das Atividades Económicas em aceitar que houvesse um adiamento de os trazer à Sessão da AMS para aprovação e que durante esse período se pudesse fazer um conjunto de melhorias que considerava que, neste momento, eram significativas, notórias e que certamente que os documentos hoje para aprovação apresentavam um nível de detalhe e qualidade que, sem dúvida, iria passar quer para as Instituições, quer para a população em geral, uma perceção muito melhor daquilo que era o trabalho das Comissões na Assembleia Municipal. -----

-----O Deputado Sérgio Faias pediu ainda autorização da sala para não participar na deliberação, uma vez que estava relacionado com o setor das Pescas.-----

-----Após a apreciação do Relatório da Comissão “4”- Desenvolvimento Económico, sobre as reuniões realizadas com entidades sobre o setor da Pesca, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 votos, aprovar as respetivas conclusões e desenvolvimentos futuros. -----

-----A presidente da AMS dirigiu-se de novo aos munícipes presentes dizendo que se tratava da

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

aprovação da realização de uma Assembleia Municipal Temática com o tema exclusivamente dedicado às Pescas. Não era possível, igualmente, confirmar a data e o local realização da mesma mas que atempadamente seria dado conhecimento da mesma ao Movimento Associativo. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi solicitado pelo **Deputado Rui João Rodrigues** a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a reunião eram zero horas e quinze e cinco minutos. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----

Ata nº 25 – Mandato 2017-2021